

PARECER SEMARH / SRH / BA

**ASSUNTO: PROPOSTA DE
RESOLUÇÃO CNRH DE INTEGRAÇÃO
DE PROCEDIMENTOS ENTRE OS
INSTRUMENTOS OUTORGA E
LICENCIAMENTO AMBIENTAL.**

Trata-se de pedido de vista formulado em 18 de julho de 2005, durante a XIII Reunião Ordinária do CNRH, de proposta de resolução que estabelece a integração dos procedimentos da outorga de direito do uso de recursos hídricos e do licenciamento ambiental.

Observa-se, nesse sentido, que cabe ao CNRH estabelecer diretrizes complementares para implementação da PNRH, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Porém, é importante ressaltar que cabe ao Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e Municípios. Dessa forma, questiona-se se é o CNRH o órgão competente para discutir e deliberar, por meio de resolução, sobre a presente minuta.

A ementa da proposta de resolução é: *“Estabelece diretriz para integração dos procedimentos de obtenção da outorga de direito de uso dos recursos hídricos com os de licenciamento ambiental”*. Dessa forma, não está claro como pode uma diretriz, que é uma instrução ou indicação para se tratar e se levar a termo uma

questão, criar obrigações, como disposto na proposta e corroborada pela manifestação do MMA. Ou seja, se a resolução cria obrigações somente para os órgãos federais e apenas sinaliza de que forma deverá ocorrer a integração de procedimentos no âmbito de cada estado, ela figura como instrumento importante na pretensão de integrar os Sistemas. Entretanto, vale ressaltar que em razão de cada Estado, por força da Resolução CONAMA 237/97, instituir uma série de trâmites e procedimentos próprios no âmbito de aplicação dos processos de licenciamento, ficaria muito difícil que essa proposta pudesse contemplar a diversidade de procedimentos aplicados em cada um, ajustando as leis estaduais a todo país, causando assim uma série de problemas de ordem operacional no âmbito do licenciamento estadual.

Caso se entenda que a União, através de norma do CNRH, possa interferir em questões de ordem administrativa, que envolve a área ambiental como um todo, estará, desta forma, causando uma desestruturação do que foi estipulado e permitido pela Resolução CONAMA 237/97.

Pelo exposto, opinamos pelo retorno da proposta de resolução em questão, às Câmaras Técnicas para reexame ou que se crie uma instância de integração da gestão ambiental e dos recursos hídricos, representativa dos dois conselhos, que avalie e delibere sobre procedimentos que visem a compatibilização da aplicação e implementação dos instrumentos instituídos pelas duas políticas, sem prejuízo das competências atribuídas aos Conselhos.

Salvador, 26 de agosto de 2005

Manfredo Pires Cardoso
Conselheiro Suplente